

Termo de Referência 17/2023

Informações Básicas

Número do TR	UASG	Editado por	Atualizado em
17/2023	343026-IPHAN-INST. PATR. HIST. E ARTISTICO NACIONAL	DANIELI HELENCO	02/10/2023 12:24 (v 2.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados;		01450.004375/2023-16

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de pessoa jurídica capacitada para execução da atividade de **Recadastramento de 558 Sítios Arqueológicos no Estado de Goiás** conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Recadastramento de Sítios Arqueológicos no estado de Goiás	558	R\$ 1.717,14	R\$ 958.164,12

- 1.2. Os sítios que serão alvo do processo de recadastramento estão especificados no **Anexo I** do TR.
- 1.3. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4 O processo licitatório adotará o regime de contratação pelo Preço Global.**
- 1.5. O prazo de vigência da contratação é de 24 meses contados do(a)assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 41/2023

II) Data de publicação no PNCP:30/06/2023

III) Id do item no PCA: 964

IV) Classe/Grupo: SERVIÇOS DE PRESERVAÇÃO E RELACIONADOS COM MUSEUS

V) Identificador da Futura Contratação: UASG 343026 41/2023

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

4.2 O licitante deverá atender às exigências estabelecidas na legislação vigente, no edital da licitação e em seus anexos, atendendo todos os requisitos para participar do certame, desde o credenciamento no portal Compras Governamentais, da participação da sessão pública no dia e horário agendado do envio das propostas de preços e dos documentos de habilitação pertinentes.

4.3 Por tratar-se de serviços que abrangem a atualização dos dados de localização e caracterização de Sítios Arqueológicos, eles deverão ser executados de forma não contínua.

4.4 Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

4.5 No valor a ser apresentado pela empresa haverá a declaração expressa de estarem inclusa em sua proposta de preço todas as despesas com frete, seguros, tributos e taxas de qualquer natureza, além de despesas com deslocamento, passagens e diárias, se necessário.

4.6. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, devendo o valor da garantia corresponder a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.

4.7. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

4.8. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.9. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.10. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.11 As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência.

4.12 A Contratada deverá, em até 15 dias após a assinatura do contrato, demonstrar que dispõem em seu quadro permanente de equipe técnica, cuja qualificação deverá preencher os seguintes requisitos:

4.9.1 Contar com, no mínimo, 01 (um) Arqueólogo (a) Coordenador (a) da Equipe (presença obrigatória): deverá atender ao perfil profissional especificado no Artigo, 2º, da Lei nº 13.653/2018, que regulamenta a profissão do Arqueólogo.

4.9.2 Contar com, no mínimo, 05 (cinco) Arqueólogos (as) integrante da equipe de Campo (participação obrigatória na equipe): deverá atender ao perfil profissional especificado no Artigo, 2º, da Lei nº 13.653/2018, que regulamenta a profissão do Arqueólogo.

4.9.3 Contar com, no mínimo, 05 (cinco) Auxiliares de pesquisa: Área de formação: Graduação em Arqueologia, História ou Ciências Sociais ou qualquer outro curso de formação superior. Escolaridade mínima: Graduação.

4.9.4 Contar com, no mínimo, 01 (um) Técnico em Geoprocessamento (presença obrigatória na equipe): Graduação em Geoprocessamento, Geografia, Engenharia Ambiental, Engenharia de Agrimensura. Requisito necessário: experiência comprovada na utilização de SIG (Sistemas de Informação Geográfica), por meio de apresentação de atestado de curso regular de extensão ou certificado de treinamento em programas de SICG.

4.13 O Arqueólogo Coordenador, bem como os demais membros da equipe técnica, não deve possuir nenhuma pendência ou irregularidades perante o IPHAN.

4.14 Entende-se como pertencente ao quadro permanente do licitante o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante.

4.15 No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Especificação do Serviço e Produtos

5.1.1 Espera-se da empresa contratada que, fiscalizada por um técnico(a) do Iphan, realize o Recadastramento de Sítios Arqueológicos, cadastrando no Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) dados referentes à localização, delimitação, georreferenciamento e caracterização dos sítios arqueológicos constantes no Cadastro Nacional dos Sítios Arqueológicos – CNSA e/ou em documentação existente na Superintendência do IPHAN em Goiás que não tenham sido georreferenciados ou que apresentem problemas ou imprecisões em relação às suas coordenadas geográficas.

5.2 Definições

5.2.1 Para fins do disposto no presente Termo de Referência entende-se por:

- Recadastramento: cadastrar no Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) dados referentes à localização, delimitação, georreferenciamento e caracterização dos sítios arqueológicos constantes no Cadastro Nacional dos Sítios Arqueológicos – CNSA e/ou em documentação existente na Superintendência do IPHAN Goiás que não tenham sido georreferenciados ou que apresentem problemas ou imprecisões em relação às suas coordenadas geográficas;
- Caminhamento: é a realização de caminhamento por toda a área do sítio e suas proximidades, com o intuito de observar os limites da dispersão superficial dos vestígios de natureza arqueológica, objetivando a delimitação horizontal do sítio arqueológico;
- Intervenções de subsuperfície: trata-se de ação suplementar ao caminhamento, por meio de intervenção em subsolo em áreas que não haja mais dispersão superficial dos vestígios de natureza arqueológica, objetivando a delimitação vertical do sítio arqueológico;
- Delimitação: é a definição da área do sítio arqueológico por meio do estabelecimento do seu ponto central e seus limites horizontais, de forma que se crie um polígono;
- Georreferenciamento: é o referenciamento do ponto central e do polígono delimitado do sítio arqueológico ao Sistema Geodésico Brasileiro, precisando sua área e posição geográfica, que deverão ser informados em coordenadas geográficas em graus decimais e Datum SIRGAS 2000 (EPSG 4674);
- Caracterização é o detalhamento do sítio arqueológico e deverá conter os seguintes itens: síntese do bem; classificação; tipo de sítio; classificação dos vestígios que o compõe; paisagem ambiental em que esteja inserido; descrição do contexto deposicional; estado de conservação; registro fotográfico, incluindo, quando for o caso, imagens obtidas na pesquisa bibliográfica; e dados acerca da área, indicando se trata de área pública ou privada, assim como seu proprietário.

- Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão - SICG: instrumento desenvolvido para integrar os dados sobre o patrimônio cultural, com foco nos bens de natureza material, reunindo em uma base única de informações sobre cidades históricas, bens móveis e integrados, edificações, paisagens, arqueologia, patrimônio ferroviário e outras ocorrências do patrimônio cultural do Brasil;

5.3 PRODUTO 1 – Projeto para Recadastramento de Sítios Arqueológicos por meio de consulta documental e bibliográfica a ser protocolado no Iphan em até 2 meses após a assinatura do contrato;

5.3.1 Deverá ser apresentado um Projeto, a ser devidamente analisado e aprovado pelo Iphan, contendo:

5.3.1.1 Indicação, com as devidas declarações, da equipe técnica e coordenador(a). Para tal, o(a) coordenador(a) deve atender aos requisitos da Lei nº 13.653/2018, comprovando por meio dos parâmetros da Portaria Iphan 317/2019, não possuir pendências com o IPHAN e possuir acesso ao SICG – em atenção ao item 5.8 deste TR;

5.3.1.2 Objetivos;

5.3.1.3 Relação inicial dos sítios arqueológicos conforme lista disponibilizada pelo Iphan no Anexo I;

5.3.1.4 Cronograma;

5.3.1.5 Metodologia, prevendo necessariamente:

- Pesquisa documental e bibliográfica a ser realizada em arquivos do Iphan, em Instituições, em publicações científicas etc., bem como consulta aos pesquisadores responsáveis pelo cadastro e/ou citados nas informações obtidas durante a pesquisa; e relação inicial das Instituições e dos pesquisadores a serem consultados;
- Análise sobre a coerência dos dados identificados durante a pesquisa e necessários para o recadastramento;
- Preenchimento da tabela constante no Anexo II do TR de Recadastramento;
- Inserção no SICG dos sítios cujas informações foram consideradas suficientes para recadastramento por meio de pesquisa documental e bibliográfica (sítios classificados como Tipo A);

5.4 PRODUTO 2 – Relatório de Atividades de Recadastramento de Sítios Arqueológicos por meio de consulta documental e bibliográfica, em prazo definido no projeto do Produto 1 aprovado;

5.4.1 Deverá ser apresentado ao IPHAN um Relatório de Atividades, em conformidade com o projeto aprovado, que deverá conter:

5.4.1.1 Indicação da equipe responsável pela pesquisa, fotografias com descrição, o local e as datas das atividades;

5.4.1.2 Tabela em formato xlsx, conforme modelo constante no Anexo II, preenchida, contendo a seguinte classificação:

- Tipo A - sítios arqueológicos em que os dados necessários para o recadastramento foram identificados na pesquisa documental e bibliográfica e que foram inseridos no SICG;
- Tipo B - sítios arqueológicos para os quais foi possível identificar dados mínimos para sua localização, mas dada a impossibilidade de recadastramento a partir da consulta documental e bibliográfica, deverão fazer parte do Produto 3;
- Tipo C - sítios para os quais não foi possível identificar dados mínimos para sua localização.

5.4.1.3 Listagem de novos sítios que tenham sido identificados durante a pesquisa documental e bibliográfica, com indicação da fonte consultada;

5.5 PRODUTO 3 – Projeto para Recadastramento de Sítios Arqueológicos por meio de pesquisa in loco, em até 4 meses após a entrega do Relatório do Produto 2;

5.5.1 Deverá ser apresentado um Projeto, a ser devidamente analisado e aprovado pelo IPHAN por meio de publicação no Diário Oficial da União, deverá conter:

5.5.1.1 Indicação, com as devidas declarações e currículos, da equipe técnica e coordenador(a). Para tal, o(a) coordenador(a) deve atender aos requisitos da Lei nº 13.653/2018, comprovando por meio dos parâmetros da Portaria Iphan 317/2019, não possuir pendências com o IPHAN e possuir acesso ao SICG – em atenção ao item 5.8 deste TR;

5.5.1.2 Relação dos sítios arqueológicos classificados como tipo B no Anexo II do Produto 2, a serem recadastrados por meio de pesquisa in loco;

5.5.1.3 Metodologia, prevendo necessariamente:

- Delimitação da área abrangida pelo projeto;

- Procedimento para a localização dos sítios arqueológicos, considerando a realização de caminhamentos na área que possua indicação de alguma coordenada geográfica; localização constante em referência bibliográfica; ou nos espaços indicados pela população local;
- Proposta de coleta de informação oral com a comunidade do entorno;
- Apresentação de endosso institucional de Instituição Apta que conste no Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos - CNIGP.
- Conceituação e metodologia de análise e interpretação dos bens arqueológicos móveis;
- Conceituação e metodologia de conservação dos bens arqueológicos móveis;
- Metodologia empregada para caracterização e delimitação, em que:

1. O estabelecimento dos limites horizontais do sítio arqueológico será determinado a partir da verificação da área de dispersão dos bens arqueológicos móveis, por meio de caminhamentos e o mínimo de intervenções subsuperficiais;
2. As intervenções de subsuperfície serão ação suplementar ao caminhamento, por meio de intervenções em subsolo para além do limite das áreas que possuam bens arqueológicos com dispersão em superfície, objetivando a delimitação do sítio;
3. As intervenções deverão ser registradas por fotografias georreferenciadas. Este georreferenciamento pode estar incluso nos próprios metadados dos arquivos de imagem, ou em tabela que liste o código das fotos e as coordenadas;
4. São dispensadas intervenções em subsuperfície, para fins de delimitação, nos bens cuja ficha de cadastro indicar se tratar de sítio arqueológico de natureza superficial; Para estes sítios, será necessário apresentar as informações ao Iphan-ES a fim de se aprovar o seu cadastro enquanto sítio superficial.
5. Nos sítios em que não forem identificados bens arqueológicos em superfície, deverão ser realizadas intervenções em subsuperfície para a sua devida localização e delimitação
6. Visando a preservação dos sítios arqueológicos in situ, os bens arqueológicos identificados em superfície não deverão ser coletados, devendo ser registrado a sua localização (coordenada) e fotografado. Somente será permitida a coleta desses bens caso fique comprovado que estejam em risco de destruição ou desaparecimento. Os bens arqueológicos identificados em intervenções de subsuperfície deverão ser coletados e encaminhados à instituição de guarda.
7. As intervenções deverão ser devidamente registradas por fotografias, registro da localização (coordenadas geográficas), profundidade e as características do solo identificado.
8. Em casos excepcionais, onde for constatado risco de perda/destruição iminente de bem arqueológico, o Iphan deverá ser imediatamente comunicado.

- Metodologia empregada para georreferenciamento, considerando que:

1. O polígono do sítio deve ser constituído exclusivamente por vértices representados por pontos nominados e georreferenciados, e segmentos de reta interligando os pontos, não sendo admitidos vértices não interligados ou interligados por outros tipos de feições ou objetos como curvas;
2. Todos os vértices devem ser nominados e georreferenciados;
3. Não é admitida utilização de vértices virtuais, gerados em ambiente SIG (Sistema de Informação Geográfica), com base exclusivamente em interpretação visual de imagens de satélite (basemaps) disponíveis para visualização (ex. Imagens Google, Bing, ESRI, dentre outros);
4. A utilização de vértices virtuais gerados a partir de interpretação visual é admitida, desde que seja realizada com base em produtos cartográficos digitais oficiais derivados de imagens de alta resolução, a exemplo de aerolevantamentos realizados por prefeituras, ou produzidos pela Contratada a partir de aerolevantamento com RPAS (drone), desde que o objeto do mapeamento seja identificável nas fotografias de campo georreferenciadas, e no ortomosaico utilizado.
5. Em situações ou locais cuja delimitação por interpretação visual de produtos cartográficos não seja possível, seja pela ausência de feições reconhecíveis, interferência pela cobertura vegetal, por feições subsuperficiais ou de dimensões reduzidas (incompatíveis com a resolução espacial das imagens), ou outra situação, a utilização de vértices virtuais gerados em ambiente SIG a partir de vetorização das informações de campo só será admitida mediante apresentação de croquis de campo contendo as medidas de distâncias entre vértices, indicação de norte magnético, e fotografias comprobatórias das obtenções de medidas.
6. Georreferenciamento por métodos topográficos é admitida para todas as situações, observando que: i) em ambientes com visada celeste obstruída deve-se optar pela utilização de estação total ao invés de GNSS; ii) deverá ser fornecido relatório de execução do levantamento topográfico de acordo com a NBR 13133/1994 (atualizada em 2021) juntamente com os dados brutos e dados pós-processados; iii) nos levantamentos com GNSS deverão constar no relatório as marcas e modelos exatos dos dos receptores utilizados, bem como as medidas de altura dos equipamentos receptores durante os rastreios, sempre indicando se verticais ou inclinadas.

5.5.1.4 As atividades realizadas em sítios arqueológicos localizados em territórios de comunidades tradicionais deverão estar em conformidade com as diretrizes da Portaria Iphan nº 375/2018. Nesse sentido, eventuais intervenções ou coleta de material arqueológico nesses locais deverão ocorrer após consulta e consentimento da comunidade local

5.5.1.5 Cronograma de execução e apresentação dos demais produtos (relatórios parciais e final);

5.6 PRODUTO 4 – Relatórios Parciais de Atividades *in loco*

5.6.1 Deverão ser apresentados ao IPHAN Relatórios Parciais, em conformidade com o projeto, contendo:

5.6.1.1 Listagem dos sítios arqueológicos visitados (ou tentativas), equipe responsável, datas que as atividades foram desenvolvidas;

5.6.1.2 Descrição, fotografias georreferenciadas e arquivo contendo dados geoespaciais dos deslocamentos realizados durante os caminhamentos (track dos caminhamentos), além de shapefiles dos pontos das intervenções em subsuperfície realizados e do polígono de delimitação dos sítios;

5.6.1.3 Descrição e fotografias georreferenciadas dos caminhamentos e intervenções;

5.6.1.4 Indicação dos métodos de georreferenciamento efetivamente adotados para cada sítio delimitado;

5.6.1.5 Fotografias georreferenciadas, descrição da profundidade e caracterização do solo das intervenções realizadas. No caso da identificação de bens arqueológicos móveis, indicação da profundidade de sua deposição.

5.6.1.6 Lista com indicação dos bens arqueológicos móveis coletados, sua localização, profundidade (no caso dos identificados em intervenções) e sua análise e descrição;

5.6.1.7 Dados dos entrevistados, bem como assinatura de uso de imagem, quando for o caso.

5.6.1.8 Listagem dos sítios arqueológicos que foram cadastrados no SICG no período, indicando seu antigo código CNSA e seu novo código no SICG;

- No SICG, as abas com informações específicas de sítios arqueológicos (Caracterização, Delimitação e Georreferenciamento, Vestígios Arqueológicos, Outras Informações, Contextualização, Dados do proprietário do terreno) deverão ser integralmente preenchidas;

5.6.1.9 Listagem de novos sítios arqueológicos que tenham sido identificados durante a pesquisa no período;

5.6.1.10 Listagem dos sítios arqueológicos que não foram encontrados, mesmo após esgotadas TODAS as possibilidades de localização;

- Deve ser apresentado, em capítulo específico, detalhamento dos problemas identificados e comprovando que todos os recursos – consultas documentais, orais e visitação *in loco* – foram exaustivamente esgotados e que as informações não foram suficientes à localização de cada sítio.

5.6.1.11 Cronograma das ações futuras;

5.7 PRODUTO 5 – Relatório Final de Atividades de Recadastramento de Sítios Arqueológicos, em prazo definido no projeto aprovado no Produto 3.

5.7.1 Deverá ser apresentado um Relatório Final, compilando as informações obtidas nos relatórios anteriores, acrescida de análises e interpretações dos dados, contendo:

5.7.1.1 Compilado de todos os dados obtidos nas etapas anteriores;

5.7.1.2 Listagem final dos sítios arqueológicos, conforme Anexo III do TR de Recadastramento, indicando seu antigo código CNSA e seu novo código no SICG (se for o caso), discriminando quais foram localizados através de consulta documental ou *in loco*, ou que não foram localizados em campo e aqueles em que não foi possível identificar dados mínimos de localização;

5.7.1.3 Listagem de novos sítios arqueológicos que tenham sido identificados durante a pesquisa, com indicação do código SICG;

5.7.1.4 Lista com quantitativo, por sítio, dos bens arqueológicos móveis que tenham sido coletados;

5.7.1.5 Resultado das atividades de análise e interpretação dos bens arqueológicos móveis;

5.7.1.6 Resultado das ações de conservação empregadas nos bens arqueológicos móveis;

5.7.1.7 Apresentação de Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel, nos termos da Portaria Iphan nº. 196/2019, para todos os bens arqueológicos móveis coletados;

5.7.1.8 Apresentação do Termo de Recebimento conforme Portaria Iphan nº. 196/2019;

5.7.1.9 Outras informações opcionais:

- Indicação, com justificativa, dos sítios arqueológicos que necessitem de ações de socialização, em razão de seu potencial turístico;
- Indicação, com justificativa, dos sítios arqueológicos que necessitem de ações de conservação, ou ações de preservação, tais como cercamento, sinalização e/ou outras medidas protetivas;

5.8 Acesso ao Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG

5.8.1 É listado, abaixo, os passos necessários para que o(a) arqueólogo(a) possa acessar o SICG com a finalidade de cadastrar novos sítios arqueológicos:

- O acesso ao sistema é feito pelo endereço <https://sicg.iphan.gov.br/>.
- O interessado deve realizar login no sistema “Brasil Cidadão”, do governo federal (<https://sicg.iphan.gov.br/sicg/loginExterno>).
- Enviar por e-mail, ao CNA (cna@iphan.gov.br), os dados do login (Nome e CPF, além de comprovação de envolvimento na atividade de recadastramento), para que o IPHAN possa dar autorização de cadastro ao perfil de acesso.
- Após ter tido o perfil de acesso autorizado, o cadastro de novo sítio arqueológico é feito no SICG no endereço <https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bens/incluir>.

5.9 Cronograma de Execução

5.9.1 O cronograma de execução deverá prever um período de execução de até 24 meses e contemplar a entrega dos seguintes produtos:

PRODUTO 1 – Projeto para Recadastramento de Sítios Arqueológicos por meio de consulta documental e bibliográfica a ser protocolado no Iphan em até 2 meses após a assinatura do contrato;

PRODUTO 2 – Relatório de Atividades de Recadastramento de Sítios Arqueológicos por meio de consulta documental e bibliográfica, em prazo definido no projeto do Produto 1 aprovado;

PRODUTO 3 – Projeto para Recadastramento de Sítios Arqueológicos por meio de pesquisa *in loco*, em até 4 meses após a entrega do Relatório do Produto 2;

PRODUTO 4 – Relatórios Parciais Trimestrais de Atividades *in loco*;

PRODUTO 5 – Relatório Final de Atividades de Recadastramento de Sítios Arqueológicos, em prazo definido no projeto do Produto 3.

5.10 Metodologia de Trabalho

5.10.1 O trabalho será realizado com o acompanhamento sistemático da equipe da Superintendência por meio de reuniões, quando necessárias, durante a elaboração do projeto e após a entrega dos produtos. O trabalho deverá ser desenvolvido a partir das diretrizes estabelecidas no presente TR. Ademais, contará com a realização dos seguintes procedimentos:

- Formulação do plano de trabalho detalhado do objeto previsto no contrato, apresentando cronograma físico de todas as atividades que deverão ser desenvolvidas em consonância com este Termo de Referência;
- Reuniões, caso necessárias, com as Superintendências para detalhamento das etapas do Projeto, validação da metodologia e do cronograma dos trabalhos e da coleta de subsídios necessários à sua execução.

5.10.2 Cabe à Contratante:

- Analisar o Projeto para Recadastramento de Sítios Arqueológicos por meio de consulta documental e bibliográfica de acordo com a legislação e normas técnicas vigentes e, quando da aprovação, publicar permissão de pesquisa no Diário Oficial da União (DOU) para realização dos estudos;

- Analisar Projeto para Recadastramento de Sítios Arqueológicos por meio de pesquisa in loco de acordo com a legislação e normas técnicas vigentes e, quando da aprovação, publicar permissão de pesquisa no Diário Oficial da União (DOU) para realização dos estudos;
- Conceder acesso ao SICG para recadastramento dos sítios diretamente pelo(a) responsável;
- Analisar os relatórios e solicitar complementações aos serviços executados em desacordo com as especificações do presente termo de referência;
- Proporcionar acesso às informações sobre os sítios arqueológicos constantes nos arquivos da Instituição, seja na área central, seja nas Superintendências;
- Exercer a fiscalização dos serviços;

5.10.3 Cabe a Contratada:

- Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta: com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- Destaca-se também que a autorização do IPHAN para realização de pesquisas arqueológicas em Terras Indígenas, Comunidades Quilombolas ou em áreas especialmente protegidas, não exime o interessado de obter, junto às instituições responsáveis, as respectivas autorizações relativas ao cronograma de execução, bem como a autorização da entrada dos profissionais nas áreas pretendidas.
- Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado a União ou a entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua Integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- Submeter à análise e aprovação do Contratante toda e qualquer proposta de alteração no Plano de Trabalho firmado após a celebração do Contrato;
- Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do termo de referência;

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#))

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

6.12. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 O pagamento será feito mediante entrega e aprovação dos produtos previstos no presente TR. A proposta deverá conter o quadro abaixo preenchido com os valores unitários dos produtos esperados e o valor total da proposta, atendendo aos percentuais estipulados a seguir:

% DO VALOR TOTAL	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO
15%	Na aprovação do PRODUTO 1
10%	Na aprovação do PRODUTO 2
30%	Na aprovação do PRODUTO 3
15%	Divididos pela quantidade de relatórios parciais previstos no PRODUTO 4, sendo o pagamento na aprovação de cada um destes.
30%	Na aprovação do PRODUTO 5

7.2. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços .

7.2.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.2.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30 dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a , da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.4.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.4.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.4.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços

realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.5.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.5.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.5.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.5.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.5.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.7.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.7.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.7.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.7.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.7.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.11. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.11.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.13. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.14. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.20. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.24.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.25. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará

condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.24. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

8.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação

8.26 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.27. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

8.27.1. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

Qualificação Técnica

8.28 Comprovação de aptidão para prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.29 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

- Deverá(ão) ser apresentado(s) atestado(s) que comprove a experiência mínima de 1 (um) ano de atuação da empresa na prestação de serviço que envolva Pesquisa Arqueológica de Campo, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de o 1 (um) ano ser ininterrupto.
- Os atestados deverão relacionar-se com a prestação de serviço que envolva Pesquisa Arqueológica de Campo, como:
 1. Recadastramento de Sítios Arqueológicos;
 2. Diagnostico Arqueológico Interventivo;
 3. Prospecção Arqueológica;
 4. Salvamento Arqueológico;
 5. Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico - PAIPA;
 6. Projeto de Avaliação de Potencial Arqueológico; ou
 7. Programa de Gestão de Bens Arqueológicos -PGPA.

8.30. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.30.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.30.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 958.164,12

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 958.164,12 (novecentos e cinquenta e oito mil cento e sessenta e quatro reais e doze centavos), conforme custos unitários apostos do Documento SEI 4521990

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 343026

II) Fonte de Recursos: 100 - Recursos Ordinários

III) Programa de Trabalho: 226052

IV) Elemento de Despesa: 339039

V) Plano Interno: C20ZH11P033

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DANIELI HELENCO

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 02/10/2023 às 12:24:48.

DANILO CURADO

Equipe de Planejamento

SERGIO DAHER DE OLIVEIRA

Equipe de Planejamento

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXOII_TR_RECADASTRO_13jun.xlsx (14.37 KB)
- Anexo II - ANEXOIII_TR_RECADASTRO__1_.xlsx (11.74 KB)
- Anexo III - ANEXO I - Sítios para cadastramento GO.xlsx (49.29 KB)
- Anexo IV - ETP18_2023.pdf (67.48 KB)

Anexo IV - ETP18_2023.pdf

Estudo Técnico Preliminar 18/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 01450.004375/2023-16

2. Descrição da necessidade

A proteção ao patrimônio arqueológico está assegurada na Constituição Federal de 1988, a qual reconhece esses bens como parte integrante do Patrimônio Cultural Brasileiro (artigo 216) e estabelece que os sítios arqueológicos pré-históricos são bens da União (artigo 20, inciso X). Também dispõe que é competência comum da União, dos Estados e dos municípios a proteção dos sítios arqueológicos (artigo 23, inciso III) e preconiza que o poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (artigo 216, §1º).

Além disso, a Lei 3.924/1961 estabelece que todos os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do poder público (artigo 1º.) e **determina que a manutenção de um cadastro dos Sítios Arqueológicos brasileiros é uma prerrogativa do Iphan (artigo 27), sendo uma ação necessária e que possibilita que a sociedade tenha conhecimento da existência desses bens, conforme estipula o art. 215 da CF/1988.**

Dessa forma, o Iphan possui mais de 30 mil sítios arqueológicos cadastrados em seus bancos de dados (SICG e CNSA). Entretanto, grande parte desses bens não possuem coordenadas geográficas, sendo, portanto, de localização desconhecida, o que impossibilita a execução de ações de preservação desses bens. Diante disto, se faz necessário o recadastramento destes sítios arqueológicos, com o fim de atualizar suas informações básicas, de modo a permitir a devida gestão e uso deste patrimônio.

Sendo assim, por meio da Portaria nº 23, de 17 de maio de 2021, o Iphan incorporou no indicador 17 do seu planejamento estratégico, a meta de recadastrar todos esses sítios até o ano de 2024.

Desse modo, no início do exercício de 2023 foi aprovado o Plano de Ação ID 8743 (4522043), no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), para contratação de pessoa(s) jurídica(s) capacitada(s) para a atividade de Recadastramento de Sítios Arqueológicos, sendo que avaliando as ações de recadastramento de sítios arqueológicos já realizadas, em andamento e planejadas em todo os estados, seja com recursos próprios da autarquia, ou por outros meios, assim como pela compatibilidade entre o valor orçamentário e a quantidade de sítios a serem cadastrados, é pertinente a realização de processo licitatório abarcando 558 sítios arqueológicos do estado de Goiás.

Nesse sentido, com fundamento na legislação vigente e nas atribuições conferidas ao Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, se faz necessária a contratação de serviço terceirizados de recadastramento de sítios arqueológicos no Estado de Goiás, inserindo-os no Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG).

A contratação de serviço justifica-se, pela própria natureza extraordinária do projeto, assim como pela extensão territorial abrangida e a quantidade de sítios arqueológicos objetos de recadastramento, o que impossibilita realização do serviço pela equipe técnica do Iphan sem prejuízo às atividades rotineiras de análise e fiscalização.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Normas e Acautelamento/CNA/DEPAM /IPHAN	Danieli Helenco

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O licitante deverá atender às exigências estabelecidas na legislação vigente, no edital da licitação e em seus anexos, atendendo todos os requisitos para participar do certame, desde o credenciamento no portal Compras Governamentais, da participação da sessão pública no dia e horário agendado do envio das propostas de preços e dos documentos de habilitação pertinentes.

Por tratar-se de serviços que abrangem a atualização dos dados de localização e caracterização de Sítios Arqueológicos, eles deverão ser executados de forma não contínua.

Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

No valor a ser apresentado pela empresa haverá a declaração expressa de estarem inclusa em sua proposta de preço todas as despesas com frete, seguros, tributos e taxas de qualquer natureza, além de despesas com deslocamento, passagens e diárias, se necessário.

As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas no Termo de Referência.

Deverá ser apresentada equipe técnica, cuja qualificação deverá preencher os seguintes requisitos:

- Contar com, no mínimo, 01 (um) Arqueólogo (a) Coordenador (a) da Equipe (presença obrigatória): deverá atender ao perfil profissional especificado no Artigo, 2º, da Lei nº 13.653/2018, que regulamenta a profissão do Arqueólogo.
- Contar com, no mínimo, 05 (cinco) Arqueólogos (as) integrante da equipe de Campo (participação obrigatória na equipe): deverá atender ao perfil profissional especificado no Artigo, 2º, da Lei nº 13.653/2018, que regulamenta a profissão do Arqueólogo.
- Contar com, no mínimo, 05 (cinco) Auxiliares de pesquisa: Área de formação: Graduação em Arqueologia. História ou Ciências Sociais ou qualquer outro curso de formação superior. Escolaridade mínima: Graduação.
- Contar com, no mínimo, 01 (um) Técnico em Geoprocessamento (presença obrigatória na equipe): Graduação em Geoprocessamento, Geografia, Engenharia Ambiental, Engenharia de Agrimensura. Requisito necessário: experiência comprovada na utilização de SIG (Sistemas de Informação Geográfica), por meio de apresentação de atestado de curso regular de extensão ou certificado de treinamento em programas de SIG.

5. Levantamento de Mercado

O Levantamento de Mercado foi realizado nos moldes do inciso II do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 05 de julho de 2021, optando-se como parâmetros os valores praticados em contratações de Recadastramento de Sítios Arqueológicos licitados no âmbito desta autarquia **no último ano**, estando os documentos relacionados, com as fontes de pesquisa e métodos de cálculo, acostados nos autos do processo, no Despacho 139 (4521990). Dessa forma, tendo em vista as contratações já realizadas, chegou-se ao valor global de R\$ 958.164,12 (novecentos e cinquenta e oito mil cento e sessenta e quatro reais e doze centavos) para o recadastramento de 558 sítios no Estado de Goiás.

6. Descrição da solução como um todo

Os serviços a serem contratados, enquadram-se na categoria de serviço comum, nos termos do Decreto nº 3.555/2000, Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 5.450/2005, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, serem contratados por meio de Pregão Eletrônico.

Espera-se da(s) empresa(s) contratada(s) que, fiscalizada(s) por um técnico(a) do Iphan, realize(m) o Recadastramento de Sítios Arqueológicos, cadastrando no Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SIGG) dados referentes à localização, delimitação, georreferenciamento e caracterização dos sítios arqueológicos constantes no Cadastro Nacional dos Sítios Arqueológicos – CNSA e/ou em documentação existente na Superintendência do IPHAN em Goiás que não tenham sido georreferenciados ou que apresentem problemas ou imprecisões em relação às suas coordenadas geográficas

São esperados, para cada item da licitação, os seguintes produtos a serem entregues no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses:

a) PRODUTO 1 – Projeto para Recadastramento de Sítios Arqueológicos por meio de consulta documental e bibliográfica a ser protocolado no Iphan em até 2 meses após a assinatura do contrato;

- b) PRODUTO 2 – Relatório de Atividades de Recadastramento de Sítios Arqueológicos por meio de consulta documental e bibliográfica, em prazo definido no projeto do Produto 1 aprovado;
- c) PRODUTO 3 – Projeto para Recadastramento de Sítios Arqueológicos por meio de pesquisa *in loco*, em até 4 meses após a entrega do Relatório do Produto 2;
- d) PRODUTO 4 – Relatórios Parciais de Atividades *in loco* (Trimestrais); e
- e) PRODUTO 5 – Relatório Final de Atividades de Recadastramento de Sítios Arqueológicos, em prazo definido no projeto do Produto 3.

As demais especificações da solução estarão contidas no Termo de Referência.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Item	Descrição/Especificação	Quant
I	Recadastramento de 558 Sítios Arqueológicos no Estado de Goiás	01

8. Estimativa do Valor da Contratação

Tendo como base a pesquisa de preço realizada, chegou-se ao valor global estimado de **R\$ 958.164,12 (novecentos e cinquenta e oito mil cento e sessenta e quatro reais e doze centavos)** para o recadastramento de 558 sítios no Estado de Goiás.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não se aplica o parcelamento da solução ao objeto a ser contratado.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Contratações correlatas podem ser verificadas nos processos 01450.001619/2022-10, 01490.000102/2022-37, 01494.000206/2022-10 e 01512.000252/2022-45

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Por meio da Portaria nº 23, de 17 de maio de 2021, o Iphan incorporou no indicador 17 do seu planejamento estratégico, a meta de recadastrar todos esses sítios até o ano de 2024.

12. Resultados Pretendidos

A presente contratação tem como resultado pretendido a localização, o georreferenciamento e a delimitação dos sítios arqueológicos do Estado de Goiás, que não dispõem dessas informações, de modo a beneficiar o conhecimento e o acesso ao bem público pelos cidadãos, assim como permitir a melhor gestão e preservação destes bens pela Administração Pública.

13. Providências a serem Adotadas

Elaboração do Termo de Referência, bem como de todos os documentos necessários e complementares e elaboração do Edital.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não se vislumbra impactos ambientais na presente contratação.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação está alinhada com o planejamento estratégico do Iphan e há disponibilidade orçamentaria para sua execução.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DANIELI HELENCO

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 02/07/2023 às 15:32:22.

SÉRGIO DAHER DE OLIVEIRA

Equipe de Planejamento

DANILO CURADO

Equipe de Planejamento